

Assembleia da República Gabinete do Presidente
N.º de Entrada 346160
Classificação 05/05/02
Data 30/02/25



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

- REQUERIMENTO Número /XI (/ .ª)
- PERGUNTA Número 64 /XI (/ .ª)

Expeça-se
Publique-se
2010/02 25
O Secretário da Mesa <i>Recorreia</i>

Assunto: Devolução de Requerimentos dirigidos ao Ministro da Presidência

Destinatário: Ministro dos Assuntos Parlamentares

*Por determinação do SESP/AR, à
S.a. Secretaria da Mesa*

25.2.10

lf

Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia da República

Através dos ofícios n.º 1119/MAP, de 10 Fevereiro de 2010, e n.º 1470/MAP, de 22 de Fevereiro, procedeu o Senhor Ministro dos Assuntos Parlamentares à devolução dos Requerimentos n.º 171/XI/1ª, de 4 de Fevereiro de 2010, e n.º 215/XI/1ª, de 18-2-2010, dirigidos ao Senhor Ministro da Presidência, através dos quais se requeria a “Relação dos Investimentos previsto para o distrito de Beja em 2010” e a “Relação dos investimentos previstos para o distrito de Braga em 2010”, referentes, naturalmente, às áreas por este tuteladas, designadamente na área da juventude, do desporto, da administração local e da modernização administrativa.

Para a devolução dos referidos requerimentos invocou o Senhor Ministro dos Assuntos Parlamentares o n.º 5 do “Guia de boas práticas sobre requerimentos e perguntas dos Deputados” considerando que “A pergunta referida em epígrafe, apresentada pelo Senhor Deputado ... do Grupo Parlamentar do PCP, ao abrigo do disposto na alínea d) do artigo 156º da Constituição e da alínea d) do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, foi endereçada ao Senhor Ministro da Presidência. Dada a matéria em apreço, sugere-se que a presente pergunta seja dirigida ao Ministério das Finanças e da Administração Pública.”

Ora da leitura do n.º 5 do “Guia de boas práticas sobre requerimentos e perguntas dos Deputados” resulta que “Nas situações em que o destinatário da pergunta/requerimento seja incompetente em função da matéria, deverá proceder à sua devolução à Assembleia da República...”

Assim, sendo o destinatário dos Requerimentos o Senhor Ministro da Presidência é uma evidência que, de acordo com o referido n.º 5 do “Guia de boas práticas sobre requerimentos e perguntas dos Deputados”, é a este que compete decidir da sua incompetência em função da matéria requerida e, em consequência, proceder à devolução do mesmo ao requerente e não ao Senhor Ministro dos Assuntos Parlamentares que, ao substituir-se ao destinatário, não só



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

não respeitou o estipulado no Guia como gerou uma situação que prejudicou objectivamente os requerentes.

Mas importa também clarificar se é, como afirma o Senhor Ministro dos Assuntos Parlamentares, o Senhor Ministro das Finanças e da Administração Pública que responde pelos investimentos relacionados com as áreas tuteladas pelo Senhor Ministro da Presidência pois não é esse o entendimento dos requerentes.

Se assim fosse não se entenderia porque seria o Senhor Ministro da Presidência a ser ouvido, sobre as áreas que tutela, em sede do debate do Orçamento do Estado, e não o Senhor Ministro das Finanças e da Administração Pública que, como advoga o Senhor Ministro dos Assuntos Parlamentares, teria o verdadeiro poder tutelar sobre as mesmas.

Como não se compreenderia que o Senhor Ministro dos Assuntos Parlamentares tivesse dado, como deu e muito bem, seguimento aos requerimentos idênticos dirigidos pelos subscritores a todos os outros ministérios.

Assim, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, requeremos, através de V. Ex.^ª, ao Senhor Ministro dos Assuntos Parlamentares, resposta às seguintes perguntas:

1. Garante o Senhor Ministro dos Assuntos Parlamentares que as questões relacionadas com os investimentos nas áreas tuteladas pelo Senhor Ministro da Presidência são da responsabilidade do Senhor Ministro das Finanças e da Administração Pública e que é a este que cabe responder perante a Assembleia da República sobre as mesmas?
2. Se assim for como explica o Senhor Ministro dos Assuntos Parlamentares que seja o Senhor Ministro da Presidência a vir responder sobre essas mesmas questões no quadro do debate do Orçamento do Estado?
3. Vai o Senhor Ministro dos Assuntos Parlamentares remeter os Requerimentos apresentados ao Senhor Ministro da Presidência como requerido pelos signatários ou insiste no sentido de serem feitos novos requerimentos dirigidos ao Senhor Ministro das Finanças e da Administração Pública?

Palácio de São Bento, 25 de Fevereiro de 2009.

Os Deputados:


José Soeiro


Agostinho Lopes